



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
CAPÍTULO 2	18
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
CAPÍTULO 3	29
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
CAPÍTULO 4	44
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
CAPÍTULO 5	61
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
CAPÍTULO 6	77
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
CAPÍTULO 7	84
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

CAPÍTULO 8	100
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	
CAPÍTULO 9	111
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6641911039	
CAPÍTULO 10	123
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
DOI 10.22533/at.ed.66419110310	
CAPÍTULO 11	138
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
DOI 10.22533/at.ed.66419110311	
CAPÍTULO 12	155
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
DOI 10.22533/at.ed.66419110312	
CAPÍTULO 13	169
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.66419110313	
CAPÍTULO 14	185
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110314	
CAPÍTULO 15	199
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66419110315	

CAPÍTULO 16	209
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110316	
CAPÍTULO 17	216
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110317	
CAPÍTULO 18	229
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110318	
CAPÍTULO 19	244
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110319	
CAPÍTULO 20	261
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
DOI 10.22533/at.ed.66419110320	
CAPÍTULO 21	278
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.66419110321	
CAPÍTULO 22	295
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110322	

CAPÍTULO 23	307
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110323	
CAPÍTULO 24	323
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.66419110324	
CAPÍTULO 25	332
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
DOI 10.22533/at.ed.66419110325	
CAPÍTULO 26	345
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
DOI 10.22533/at.ed.66419110326	
CAPÍTULO 27	361
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
DOI 10.22533/at.ed.66419110327	
CAPÍTULO 28	373
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.66419110328	
CAPÍTULO 29	397
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
DOI 10.22533/at.ed.66419110329	

CAPÍTULO 30 410

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.66419110330

CAPÍTULO 31 443

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

DOI 10.22533/at.ed.66419110331

SOBRE O ORGANIZADOR..... 428

MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES

Célio Quintanilha

Universidade Federal Fluminense, Geografia
Niterói – RJ

Felipe Nascimento

Universidade Federal Fluminense, Geografia
Niterói – RJ

Lucas Maia

Universidade Federal Fluminense, Geografia
Niterói – RJ

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a polarização exercida pelo município de Macaé em relação a outros municípios a fim de enquadrá-la ao conceito de cidade média, a partir de dados referentes às migrações de trabalhadores oriundos de diferentes cidades – principalmente no que tange as mobilidades pendulares de frequências distintas. Para tanto, a pesquisa engloba o período desde a definição de Macaé como sede das atividades petrolíferas da Região Norte Fluminense (na década de 70) até o ano de 2016, quando as dinâmicas do setor petrolífero na região apresentaram sinais de desaquecimento em consequência da conjuntura econômica mundial e nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Macaé, cidade média, migração.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 possibilitou a transferência de maiores responsabilidades e autonomia aos municípios brasileiros. Em alguns casos, as metrópoles perderam centralidade, enquanto outros municípios conseguiram atingir uma posição de referência em seus respectivos estados. Esse fato pode ter contribuído para promover o fenômeno da descentralização, sobretudo a industrial.

Além da descentralização, os últimos 40 anos apresentaram um ritmo de crescimento das metrópoles inferior ao que se via desde o processo de industrialização nos anos 30. Por outro lado, o ritmo de crescimento de cidades de médio porte tem aumentado. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, após um período de estagnação entre as décadas de 80 e 90, observa-se que o dinamismo econômico é retomado através do desempenho de algumas cidades do interior.

Apesar da descentralização ter ocorrido também em escala regional, retirando do sudeste parte da sua participação no PIB do país, a retomada econômica do Rio de Janeiro permitiu que o estado fluminense aumentasse a sua atuação, por meio do dinamismo econômico de alguns municípios que passaram a assumir uma centralidade local, polarizando

crescimento demográfico e o levou a atingir o número de 206.728 habitantes, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE).

Além de Macaé, houve o crescimento populacional de outros municípios das Regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas. Para Oliveira (2008), a demanda por novas residências dos trabalhadores ligados às atividades extrativistas gerou tal crescimento, sobretudo na cidade de Rio das Ostras. Essa demanda surgiu com a crescente valorização da propriedade privada em Macaé e pelo fato da atividade petrolífera, em relação aos salários dos trabalhadores, não promover o desenvolvimento igualitário de toda a cadeia produtiva. Nesse sentido, ressalta-se que

[...] as atividades industriais ligadas ao setor extrativista, diante das novas tecnologias e dos equipamentos que utilizam, não são fechadas em si mesmas, explorando os recursos existentes no território até o seu esgotamento, com uma força de trabalho localizada no seu entorno. São atividades que estruturam uma economia que se regionaliza, uma vez que há uma conjugação de forças e interesses que põem em relações constantes e trocas regulares os recursos técnicos e humanos existentes em vários lugares ao mesmo tempo, aproximando pessoas e lugares, sobretudo nas cidades dessa região (OLIVEIRA, 2008, 182).

A centralidade perante os municípios das regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas dá à cidade de Macaé o exercício de polarização do entorno, pois nela os serviços são aglomerados e dependências e interações são estabelecidas com os demais municípios. Até mesmo Campos dos Goytacazes, que historicamente apresentava-se como centro econômico da região, perdeu importância com a decadência da produção sucroalcooleira e com a afirmação de Macaé como polo petrolífero.

Uma vez que Campos dos Goytacazes é maior que Macaé nos aspectos territorial e populacional, evidencia-se, portanto, que assumir uma posição estratégica na articulação com as condições de produção não tem a ver com o tamanho da cidade. Diante dessa perspectiva, entende-se que a posição estratégica de Macaé faz parte de uma rede que enfatiza a sua dependência em relação aos demais municípios, pois é fato que ela não transformou-se sozinha. Logo, compreende-se que toda centralidade é relativa e que, para haver o centro, deve haver a periferia. Sendo assim, a dinâmica exercida entre Macaé e o seu entorno sugere enquadrá-la ao conceito de cidade média – ainda que esta concepção seja, na atualidade, objeto de diversos estudos acadêmicos que buscam o aperfeiçoamento dessa definição.

Com a finalidade de discorrer sobre “hierarquia urbana” e toda e qualquer construção social, é preciso destacar e articular conceitos fundamentais do saber geográfico que dão suporte ao presente trabalho. Entender a lógica de determinado espaço geográfico, que polariza uma ou mais regiões do seu entorno (e até mesmo municípios mais distantes), é entender a prática social de produção e reprodução do espaço em determinado contexto histórico. Para tanto, torna-se necessária apresentação de um breve ensaio sobre o conceito de região.

2 | REGIÃO, QUAL A SUA RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA?

O conceito de região, um dos mais tradicionais da Geografia, foi alvo de inúmeras críticas no final do século XX por não abranger o papel do Estado e a existência das classes sociais em sua definição. Em correspondência com essa acepção, Yves Lacoste (1988), cuja crítica era feita a uma determinada leitura (clássica) da região de Paul Vidal de la Blache, utilizou o termo “conceito-obstáculo”.

A região lablacheana, além de ter a sua unidade enraizada na própria percepção popular, fornece indícios de uma harmoniosa relação entre o homem e seu meio natural, no qual as “divisões naturais” seriam dotadas de densidade histórica e cultural.

Em sua obra “*Las divisiones fundamentales del territorio francés*”, la Blache sugere que os nomes das “divisões naturais” fossem empregados e reconhecíveis por qualquer camponês. Nesse sentido e à luz dessa interpretação, região seria uma entidade espacial concreta, existente independentemente da consciência humana.

Embora o termo pertença ao campo de estudo da Geografia, a definição de região não ficou restrita aos geógrafos. Com a sua teoria dos “polos de crescimento e desenvolvimento”, o economista François Perroux exerceu grande influência sobre os economistas regionais e também sobre os geógrafos (em especial os brasileiros).

Das reflexões de Perroux derivam as ideias referentes a três tipos de “região”: a “região homogênea” (uma área com características que a diferenciam das áreas circunvizinhas ou circundantes), a “região funcional” (significando, principalmente, uma área polarizada por um determinado centro nos marcos de uma rede urbana) e a “região-programa” (a área de aplicação de um determinado plano de “desenvolvimento regional”) (SOUZA, 2013, p.139).

Ainda hoje, o debate sobre o conceito de região é necessário, pois dentro de uma região, os capitais são geografizados em conformidade com a lógica do contexto histórico e geográfico de sua criação. Com os avançar do tempo, o que se convencionou chamar de região aparece como equivalente à ideia de “melhor lugar”; ou seja, região é uma espécie de objeto de desejo, de intencionalidade geopolítica e de realizações de determinado número de intervenções no espaço.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1985) corrobora essa teoria ao afirmar que uma região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um dado momento. Isso poderia ser evidenciado pelo fato de que, no passado, o mesmo fenômeno se produziu e as divisões espaciais do trabalho criaram instrumentos de trabalho fixos, ligados às diversas órbitas do processo produtivo.

Retomar o estudo das regiões produtivas (SANTOS, 1985) é fundamental para o melhor conhecimento das particularidades de um fenômeno estudado; tendo em vista que, por meio da inserção no todo, busca-se o entendimento do todo graças à compreensão de uma de suas partes. Para isso, torna-se necessária a análise de sua estrutura interna ao longo das articulações do fenômeno estudado com outros fenômenos, e com a totalidade correspondente. Tais especificidades se relacionam diretamente com o território. Esse, por sua vez, é formado por frações funcionais

que se articulam no decurso de fluxos que são criados em função das atividades desempenhadas, da sociedade e da herança espacial. Nesse sentido, e em atenção às proposições anteriormente apresentadas, acredita-se ser imprudente e impreciso tecer uma análise espacial sem levar em consideração o fator “tempo”, isto é, a geohistória dos fenômenos.

3 | CIDADE MÉDIA, O QUE É?

Há, no meio acadêmico, uma “dificuldade em definir cidade média, quer seja pela heterogeneidade das realidades, quer seja pela temporalidade dos fenômenos econômico-sociais, cujas constantes mudanças condicionam o enquadramento dos territórios não metropolitanos” (COSTA: 2002, 102). Existem, portanto, especificidades que contribuem para essa dificuldade do conceito em dar conta do que seja, efetivamente, uma cidade média. Os obstáculos para o entendimento desse conceito correspondem aos critérios utilizados pelos autores das pesquisas e também pelas particularidades de cada cidade.

A terminologia “cidade média” é a mais utilizada no Brasil, porém cabe ressaltar que autores de outras nacionalidades utilizam termos diferentes para o emprego desse conceito e, em alguns países, elas aparecem como “cidades intermediárias”. De qualquer forma, o pensar sobre a cidade média pode ser análogo a uma reflexão que considere sua dimensão quantitativa na escala urbana, ou a uma reflexão que a relacione com as políticas de ordenamento e desenvolvimento, interligando-a com a escala regional.

Na década de 70, cidade média era uma terminologia mais conhecida por utilizar o caráter quantitativo e figurava no que estivesse entre a grande e a pequena cidade. Para isso, do ponto de vista de Silva (2013), eram levados em consideração o porte demográfico e a extensão física da cidade como variáveis mais importantes na sua delimitação. Porém, essas variáveis, atualmente, são consideradas rígidas e estáticas.

Alguns estudos que partem de dados populacionais sugerem que as cidades médias são aquelas que possuem um número específico de habitantes e com intervalo limitado, geralmente, por instituições de estatísticas que priorizam uma hierarquia quantitativa entre as cidades. Segundo o IBGE, cidades médias são as que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes e, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), são as que possuem entre 100 mil e um milhão de habitantes. Outros estudos já sugerem o limite de 350 mil habitantes por considerarem todo centro urbano que contenha um número maior como possuidor de características de grandes concentrações urbanas.

Santos (1993) recomenda cautela com o uso de quadros estatísticos para classificar uma cidade média, pois um mesmo número quando analisado em épocas diferentes pode adquirir significados distintos. É relevante notar também que duas cidades com número igual de habitantes não serão equivalentes se estiverem em

regiões cujos processos de urbanização possuem diferenças consideráveis. A questão demográfica, portanto, é importante, mas possui limitações e não deve ser o elemento fundamental da análise, pois há cidades pequenas cumprindo funções centrais na região onde se encontram. Desse modo, não há uma relação entre o tamanho populacional de uma cidade e o papel dela na rede urbana.

Não obstante, a demografia não deve ser desprezada nos estudos; deve ser inserida às demais variáveis que possibilitam a compreensão das cidades médias, já que, sozinha, a demografia atribui um caráter que refere-se mais ao porte da cidade do que propriamente às suas relações e funções. E existem diferenças entre uma cidade de porte médio e uma cidade média.

Diversos podem ser os critérios para a definição de uma cidade média e, por isso, talvez haja maior dificuldade em identificá-las como tais. Algumas metodologias diferentes são usadas para que a união de fatores possa produzir um resultado mais próximo desse conceito. Além das metodologias quantitativas, também são utilizadas as de caráter qualitativo, em que questões como a oferta de empregos, bens e serviços, a distância das áreas metropolitanas, a circulação de linhas de transportes regulares e a relevância regional são importantes fatores de contribuição à análise.

Assim como a de Castello Branco (2006), pesquisas enfatizam a centralidade como definidora das cidades médias. Para a autora, a relevância do estudo deve estar situada nos tamanhos populacional e econômico, no grau de urbanização e na qualidade de vida.

Em outra perspectiva, as cidades médias são “aquelas que, além de terem tamanho demográfico correspondente a este porte, desempenham claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as cidades pequenas que compõem uma rede urbana” (SPOSITO: 2004, 126). A rede urbana e a interação entre cidades apresentam funções diferenciadas para elas, e essas funções podem auxiliar na percepção da cidade média que polariza as demais. Com isso, da combinação desses fatores diferenciados surge a necessidade de examinar as diferentes escalas para fins de análise das cidades médias. De acordo com Corrêa (2006), cada cidade da rede tem um modo e uma intensidade de participação no processo; do contrário, teria sua existência inviabilizada.

Sposito (2001) enfatiza a relevância do papel que a cidade desempenha regionalmente e afirma a importância da posição na divisão do trabalho e da posição geográfica nas relações espaciais entre as cidades, principalmente nos âmbitos econômico e de consumo. Para a autora, cidades médias são centros regionais importantes que funcionam como ligação entre pequenas e grandes cidades. Porém, para Leitzke e Fresca (2009, apud SILVA, 2013) a ideia de elo entre cidades menores maiores não é suficiente para definir uma cidade média, pois

[...] atualmente a globalização permite-nos ir além da simples relação entre duas cidades separadas apenas por um nível hierárquico. Ou seja, a população de uma cidade pequena não precisa recorrer mais à cidade média como elo à grande.

A evolução dos meios de transporte e das comunicações permite que se vá diretamente à grande cidade, ou mesmo à metrópole. (LEITZKE; FRESCA, 2009, p.7).

Sendo ou não um elo, a cidade média está inserida em uma divisão territorial do trabalho. Santos e Silveira (2001) argumentam que esta divisão “[...] cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”. Para os autores, as funções do novo espaço geográfico são configuradas pela distribuição das indústrias, dos serviços e da agricultura; pelas normas financeira, fiscal e civil; e pelos movimentos da população.

As diversas formas de enquadrar uma cidade no conceito de cidade média exigem que o presente trabalho defina uma como sendo a sua diretriz. Por essa razão, é importante afirmar que, apesar de empregar dados referentes às migrações de diferentes pendularidades que a cidade de Macaé atrai, não serão utilizados para tal enquadramento somente os seus números demográficos, bem como seu tamanho populacional. Serão consideradas as relações da cidade com o seu entorno mais imediato e também com municípios vizinhos – o que caracteriza sua relevância regional na divisão do trabalho. Em contrapartida, não será destacada a sua posição como elo entre a metrópole e as municipalidades menores e dependentes da sua rede de serviços, pois os municípios da Região Norte do estado não necessariamente são dependentes de Macaé para acessarem a metrópole fluminense.

4 | 4MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA A PARTIR DAS MIGRAÇÕES

A cidade média desempenha um papel específico na rede urbana em que está inserida e este papel se apresenta nas influências que exerce sobre as demais cidades. Forma-se, portanto, uma rede de interações condicionada pelas dependências e pelas trocas. Analisando os papéis das cidades, concorda-se que,

Primeiramente, a cidade transforma o espaço onde está implantada, quer diretamente, quer pela influência periférica, positiva ou negativa, que exerce. Em segundo lugar, as cidades não vivem isoladas; mantêm entre elas relações de troca ou, em certos domínios, vivem em concorrência; portanto, as cidades participam numa estrutura horizontal. Em terceiro lugar, há cidades modestas – pela sua dimensão, nível ou natureza dos seus equipamentos – que podem depender de cidades mais favorecidas: pertencem, então, a uma estrutura vertical; esta conduz à noção de classificação e de rede. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p.47-48).

Podem ser diversas as formas de apresentar a centralidade de uma cidade média em comparação às outras cidades da mesma rede. Porém, neste trabalho, Macaé é mostrada como cidade média a partir da análise dos movimentos pendulares feitos pelos trabalhadores que entram e saem da cidade diariamente e semanalmente.

A desconcentração industrial (fenômeno que está acontecendo durante as últimas décadas em diversas partes do mundo) é um dos fatores fundamentais para compreendermos a dinâmica demográfica das cidades médias. Mediante a definição de Macaé como centro da produção petrolífera, diversos outros fenômenos espaciais

puderam ser observados: entre eles, a geração de novos postos de trabalho formais e informais. Por representar um mercado de trabalho flexibilizado que se mostra cada vez mais presente no cotidiano, julga-se significativo destacar a importância da informalidade. No entanto, devido à dificuldade de encontrar dados que a representem, o presente trabalho não considera esse aspecto.

Em razão da instalação da Petrobrás na cidade e, conseqüentemente, das empresas prestadoras de serviços, proporcionou-se uma considerável atração de mão de obra em Macaé. Para Mota *et al.* (2007), o território sob a influência da indústria petrolífera sofre a imposição de uma reorganização espacial das atividades, por conta do específico dinamismo desse tipo de indústria, que atrai, além de grande contingente populacional, uma série de atividades complementares. Contudo, a atividade extrativista de petróleo requer qualificação dos trabalhadores. Sendo uma cidade cuja economia era baseada em agricultura, pecuária e pesca, Macaé não conseguiu atender àquela demanda de imediato e, por essa razão, a mão de obra técnica surge do seu exterior.

Nos anos 90, superando o município de Campos dos Goytacazes, Macaé despontava como principal destino do norte do estado, no que se refere à dinâmica da metrópole fluminense. Nos primeiros anos deste século, a ocupação dos trabalhadores em Macaé, especialmente os qualificados, mostrava uma considerável diferença sobre vagas de restrita especificidade técnica quando comparada com a dos trabalhadores não migrantes e não qualificados. De acordo com Paganoto (2008), 78% dos trabalhadores que recebiam mais de 10 salários mínimos eram migrantes, enquanto o índice de desemprego era maior entre os trabalhadores nascidos na cidade.

Na leitura de Mota *et al.* (2007), corrobora-se que os altos investimentos tecnológicos e de modernização que a indústria do petróleo carrega puderam ser percebidos na região como um todo, mas com maior força em Macaé onde foram gerados novos padrões demográficos e de migrações. Em um espaço temporal relativamente curto, esse conjunto de fatores foi responsável por um processo de urbanização intensificado, na medida em que

[...] as cidades médias apresentam-se como espaços privilegiados de alocação destes investimentos, dos quais decorre o fortalecimento do papel destas cidades no que tange ao oferecimento de funções, bens e serviços aos moradores da sua hinterlândia e de áreas rurais ou urbanas mais ou menos distantes. Assim, este processo implica no reforço ao papel das cidades médias como espaços de consumo locais e regionais, reforçando a centralidade e intermediação destas cidades. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p.217)

Com a rápida urbanização da cidade e a chegada de novas empresas e pessoas de vários lugares fluminenses, nacionais e internacionais, a valorização imobiliária aconteceu no mesmo ritmo. Juntamente com a mão de obra técnica e especializada que justifica maiores salários, novos bairros foram criados para este público recente. Mas não foram somente os trabalhadores técnicos que chegaram a Macaé, pois grande quantidade de pessoas, que contavam com a própria sorte, migrou também de diversos lugares em busca de oportunidade de trabalho.

Do ponto de vista das migrações, vários movimentos são percebidos ao analisar a cidade de Macaé. O primeiro deles é o que se refere à migração do campo para a cidade. Em 1970, de acordo com o IBGE, aproximadamente 40% da população macaense morava nas áreas rurais. Em paralelo a esses dados, o Censo de 2010 (IBGE) mostra que apenas 1,87% da população mora no campo.

A valorização imobiliária da cidade de Macaé manteve seu ritmo de aceleração e promoveu algumas movimentações dentro e fora do município. No âmbito intramunicipal, observa-se a setorização das classes sociais que acompanha a setorização dos bairros – fato que evidencia a prioridade dada aos trabalhadores das empresas multinacionais instaladas para a prestação de serviços à Petrobrás. Já em eixos de expansão que seguem uma linha diferente da expansão dos bairros nobres, surgem bairros pobres e favelas. Compreende-se, portanto, que o crescimento da urbanização macaense ocorreu de forma desordenada e, no que tange os valores dos imóveis, promoveu a segregação sócio espacial. Como descrito por Mota *et al.* (2007), a população local, os empresários e funcionários das indústrias elegeram a especulação imobiliária como um dos principais problemas da cidade.

O segundo movimento de migrações percebido para Macaé ocorre na escala intermunicipal, cuja movimentação acontece pela pendularidade diária que trabalhadores fazem de casa para o trabalho. Normalmente, eles escolhem morar em um município vizinho devido à oferta de moradia mais barata. Nesse sentido,

Essas centralidades também sugerem um processo de (re)valorização do espaço urbano, na medida em que a atração exercida por estas áreas implica em alterações no preço e acesso à terra urbana, principalmente no entorno imediato a estas novas centralidades. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p.210)

A crescente economia do petróleo e as mudanças nas legislações que distribuem *royalties* para as administrações federal, estaduais e municipais fizeram surgir na década de 90 algumas emancipações e a formação de novas sedes de municípios. Duas delas no limite imediato com a cidade de Macaé: Rio das Ostras, em 1992; e Carapebus, em 1997. Além dessas, e sem fazer limite com Macaé, foi fundado o município de Quissamã, em 1989. Tais localidades são impactadas diretamente pela proximidade com a sede das atividades extrativistas de petróleo da região e, dentre os impactos, encontram-se os movimentos pendulares feitos diariamente pelos trabalhadores.

É sabido que outros municípios, tanto da Região Norte Fluminense, quanto das Baixadas Litorâneas, também são impactados pela pendularidade de trabalhadores em direção a Macaé. Sendo assim, na tentativa de deixar a análise mais próxima da realidade, consideraram-se como referência os dados do IBGE para os municípios de limites mais imediatos, tais como Rio das Ostras, Carapebus, Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu e Quissamã, uma vez que a gravitação desses municípios na cidade de Macaé é mais perceptível.

Município	População Total	População Urbana	Não residiam no município até 2005	Trabalham no próprio município	Trabalham em outro município
Macaé	206.728	202.859	29.910	100.153	2.154
Rio das Ostras	105.676	99.905	35.611	35.519	14.492
Carapebus	13.359	10.542	1.958	3.604	2.449
Conceição de Macabu	21.211	18.337	1.310	6.282	3.341
Casimiro de Abreu	35.347	28.521	6.934	12.265	4.774
Quissamã	20.242	12.996	1.919	7.198	1.303

Tabela 1: Dados de população, migração e deslocamentos.

Fonte: IBGE – Censo 2010

Os números da tabela 1 mostram primeiramente o caráter urbanizado das referidas cidades e, em seguida, o movimento populacional em direção a esses municípios após o ano de 2005. Neste caso, Rio das Ostras conseguiu atrair o maior número de novos moradores, ficando à frente da própria Macaé – o que nos permite sugerir que, nos últimos anos, a preferência por residir fora da cidade de Macaé tenha aumentado. Em relação ao exame desses dados, Paganoto (2008) alega que o custo elevado da moradia provoca maior procura em municípios vizinhos, em especial Rio das Ostras. Estes municípios terminam por desempenhar o papel de “diques populacionais” (PAGANOTO: 2008, 14), absorvendo migrantes que antes se dirigiam diretamente para Macaé.

Por essas razões, torna-se evidente a atração que Macaé exerce sobre o movimento dos trabalhadores dos municípios vizinhos, ao mesmo tempo em que se vê a permanência de trabalhadores macaenses na própria cidade, pois, comparativamente, é baixa a quantidade de pessoas que saem de Macaé para trabalhar. Apenas 2,1% dos trabalhadores residentes em Macaé exercem suas funções fora do município. Nos demais municípios, essa proporção tem outros resultados: em Rio das Ostras são 28,9% os que saem do município todos os dias; em Carapebus são 40,4%; em Conceição de Macabu são 34,7%; em Casimiro de Abreu são 28% e em Quissamã são 15,3% (de acordo com os dados do IBGE, entre os setores que mais atraem a movimentação de trabalhadores, estão as atividades industriais ligadas à extração, transformação e construção).

Por outro lado, nota-se que a pendularidade intermunicipal de trabalhadores em direção a Macaé não está restrita a municípios vizinhos. Este trabalho indica que, por conta da necessidade de especialização da força de trabalho exigida pelas atividades petrolíferas, uma parte dos trabalhadores migra de outras localidades mais distantes,

como é o caso da capital fluminense. Porém, em decorrência da distância, não o fazem diariamente. Existe, portanto, mais um tipo de migração pendular em Macaé, a de frequência semanal.

Na tentativa de tornar plausível a possibilidade de se comprovar a pendularidade semanal, utilizaram-se dados da única empresa rodoviária que disponibiliza o serviço entre a capital do Rio de Janeiro e a cidade de Macaé: a frequência das partidas dos ônibus nos dois sentidos durante os dias úteis. No sentido “Rio x Macaé”, foram analisadas as partidas em um intervalo de cinco horas no período da manhã (das 3:00h às 8:00h) e, no sentido “Macaé x Rio”, foram analisadas as partidas no intervalo de cinco horas no período da tarde (das 14:00h às 19:00h).

SENTIDO: Rio de Janeiro x Macaé		SENTIDO: Macaé x Rio de Janeiro	
Partidas normais: 2ª a 6ª feira	Partidas extras: Somente 2ª feira	Partidas normais: 2ª a 6ª feira	Partidas extras: Somente 6ª feira
-	3:00h	14:10h	-
3:30h	-	14:30h	-
-	3:50h	-	15:00h
4:00h	-	15:10h	-
-	4:20h	-	15:20h
-	4:41h	15:30h	-
5:01h	-	-	15:40h
-	5:20h	-	15:50h
5:30h	-	16:10h	-
-	5:40h	16:20h	-
5:41h	-	16:30h	-
6:01h	-	-	16:40h
6:30h	-	-	17:00h
6:50h	-	17:10h	-
7:01h	-	-	17:20h
7:41h	-	17:30h	-
-	7:50h	18:10h	-
8:00h	-	18:30h	-

Tabela 2 – Partidas dos ônibus entre Rio de Janeiro e Macaé

Fonte: www.autoviacao1001.com.br (acessado em 28/07/2016)

O total de ônibus que deixam o Rio de Janeiro em direção a Macaé é 63% maior nas segundas-feiras de manhã, em relação aos outros dias da semana, principalmente em horários que permitem os trabalhadores chegarem ao destino antes da abertura das empresas. Pois, às onze partidas normais são somadas sete partidas extras. O mesmo número ocorre na sexta-feira, porém, no sentido contrário e no período da tarde. Significa, portanto, que o número de pessoas que se dirige a Macaé no início da semana e que deixa a cidade nos fins de semana, utilizando o transporte rodoviário, é 63% superior ao normal; ou seja, há uma mobilidade pendular de mão de obra de frequência semanal polarizada pela cidade média de Macaé e que atinge municípios da Região Metropolitana, uma vez que os ônibus que saem da capital também recolhem

passageiros nos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Há, portanto, um “fluxo pendular que não só tem ampliada sua escala espacial de deslocamento como também apresenta uma escala temporal de pendularidade estendida” (PAGANOTO: 2008, 17).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido crescimento de uma cidade é repleto de complexidades e contradições, e entre elas estão o recrutamento de pessoas qualificadas aos novos postos e a atração de trabalhadores que se deslocam em busca de oportunidades, ainda que sem certezas. Ademais, o fenômeno migratório em Macaé torna-se ampliado e ressalta a necessidade de análises sobre a sua realidade que se aproxima sistematicamente das características de um município metropolitano.

A cidade média de Macaé convive com eventos de ordem espacial dos mais diversos e, boa parte deles, está relacionada ao fato dela ser o destino da migração de milhares de pessoas. Entre esses movimentos, estão as migrações definitivas para Macaé e para os municípios vizinhos. Os dados mostram que as cidades que cresceram juntamente com a atividade petrolífera, o fizeram mais pela chegada de novos residentes do que propriamente pelo crescimento vegetativo. Há, portanto, pessoas que migraram para Macaé e lá permaneceram. Porém, há aquelas que migraram pela atividade, mas decidiram residir em outras cidades e fazem diariamente a mobilidade pendular até o trabalho. E, ainda, há o grupo de trabalhadores que, mesmo envolvidos com as atividades do ramo extrativista, residem nas suas cidades de origem, sejam elas nas outras regiões do estado ou até mesmo do país.

O presente trabalho pretende mostrar a influência de Macaé junto aos municípios vizinhos, evidenciando-a como uma cidade média que centraliza e aglomera serviços e cria dependências, polarizando as demais. Porém, considerou-se necessário apresentar que o poder de alcance dessa polarização exercida por Macaé está além das municipalidades próximas. Talvez pelo específico tipo de economia em que ela esteja inserida, uma vez que as exigências por qualificação são maiores, Macaé consegue criar tais dependências em municípios mais distantes e até mesmo em outros estados.

Desse modo, uma questão é levantada a partir dessas conclusões. Existem migrações pendulares diárias e semanais para Macaé, contudo, existe um tipo de trabalho exercido na atividade petrolífera que não demanda de residência na cidade sede, bem como nas cidades vizinhas: o trabalho dos embarcados. Estes trabalhadores ficam em média 14 dias em alto mar (nas plataformas), e retornam para o período de descanso de mais 14 dias, também em média, nas suas cidades de origem. Boa parte das pessoas que exercem essas funções trabalha em Macaé (nas plataformas), mas não passa nenhum dia na cidade. Fica, portanto, a análise desse outro tipo de migração como proposta para pesquisas futuras.

O crescimento das cidades e da economia do petróleo cria empregos, mas não

necessariamente estabelece vínculos com a dinâmica produtiva local que possam garantir maior variação das atividades, diminuindo a dependência que existe sobre um setor econômico instável e finito.

REFERÊNCIAS

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Eduarda Marques da. **Cidades Médias: Contributos para sua definição**. Revista Finisterra, Lisboa, ano 37, v. 47, p. 101-128, 2002.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Las divisiones fundamentales del territorio francés**. Madri: Alianza Editorial, 1982.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

MOTA, Ailton; PONTES, Carla; TAVARES, Érica; CARVALHO, Leonardo de; TOTTI, Maria Eugênia. Impactos socioeconômicos e espaciais da instalação do pólo petrolífero em Macaé, RJ. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva: território e poder no estado do rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves de. **Redefinição da centralidade urbana em cidades médias**. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, n 20, junho de 2008.

PAGANOTO, Faber. **Para quem Macaé cresceu? Mobilidade e trabalho na “capital do petróleo”**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP_2008_1065.pdf. Acessado em 08 de outubro de 2014.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Reestruturação espacial e desenvolvimento local: estudo de caso de sete municípios do interior fluminense**. Revista Rio de Janeiro, n 18-19, janeiro e dezembro de 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Rio de Janeiro: Livraria Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Andresa Lourenço da. **Breve discussão sobre o conceito de cidade média**. Geoiingá:

Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia. Maringá, v.5, n.1, p.58-76, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil**. Revista Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004. p. 114-139.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-166-4

